

NO BRASIL, O ENSINO UNIVERSITÁRIO DE JORNALISMO RETOMA A IDENTIDADE COM A PROFISSÃO

IN BRAZIL, UNIVERSITY TEACHING OF JOURNALISM RESUMES ITS IDENTITY WITH THE PROFESSION

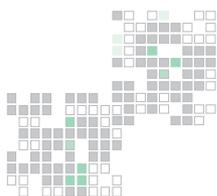
EN EL BRASIL, LA ENSEÑANZA UNIVERSITARIA DE ESE PAÍS REGRESA A LA IDENTIDAD CON LA PROFESIÓN

Eduardo Meditsch

■ Pesquisador do CNPq e Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, no Brasil. Doutor pela Universidade Nova de Lisboa com pós-doutorado na University of Texas at Austin. É autor do livro *Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir* (Florianópolis: Editora Insular, 2013)

■ E-mail: emeditsch@gmail.com.

100



RESUMO

Este artigo apresenta e discute a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo, regulamentadas no Brasil em 2013. Inicialmente, historia o processo em que o ensino de jornalismo retoma a identidade com a profissão, com o desmembramento dos anteriores cursos de Comunicação Social. Em seguida, resume os principais indicativos das novas diretrizes curriculares nacionais. Por fim, apresenta o debate sobre a questão do ensino profissional no interior da área acadêmica como um reflexo do “conflito das faculdades” que convivem no campo da Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: ENSINO DE JORNALISMO; BRASIL; DIRETRIZES CURRICULARES; CONFLITO DAS FACULDADES

ABSTRACT

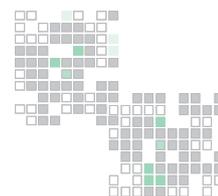
This article presents and discusses the implementation of the new National Curricular Guidelines for the Journalism Undergraduate Courses, regulated in Brazil in 2013. Initially, it tells the process in which Journalism education resumes identity with the profession, with the dismemberment of previous Social Communication courses. It then summarizes the main indicatives of the new national curricular guidelines. Finally, it presents the debate on the issue of professional education within the academic area as a reflex of the “conflict of faculties” that coexist in the field of Communication.

KEYWORDS: JOURNALISM EDUCATION; BRAZIL; CURRICULAR GUIDELINES; CONFLICT OF FACULTIES

RESUMEN

Este artículo presenta y discute la implantación de las nuevas Directrices Curriculares Nacionales para los Cursos de Graduación en Periodismo, reguladas en Brasil en 2013. Inicialmente, narra la historia el proceso en que la enseñanza de periodismo retoma la identidad con la profesión, con el desmembramiento de los antiguos Cursos de Comunicación Social. A continuación, resume los principales indicativos de las nuevas directrices curriculares nacionales. Por último, presenta el debate sobre la cuestión de la enseñanza profesional en el interior del área académica como un reflejo del “conflicto de las facultades” que convive en el campo de la Comunicación.

PALABRAS CLAVE: ENSEÑANZA DE PERIODISMO; BRASIL; DIRECTRICES CURRICULARES; CONFLICTO DE LAS FACULTADES



1. O Brasil reassume a identidade das profissões no interior da Comunicação

O ano de 2017 marca uma mudança significativa no ensino universitário de Jornalismo no Brasil. Na Universidade Regional de Blumenau (Furb), num estado do Sul, está se graduando a primeira turma do país formada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo, aprovadas pelo Conselho Nacional da Educação em 2013. A Furb é apenas a primeira, mas até o ano de 2020 todos os cursos universitários do país estarão formando “Bacharéis em Jornalismo”, e não mais “Bacharéis em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo”, como ocorria desde 1969¹. A partir de outubro de 2015, todos os 385 cursos de graduação em Jornalismo em funcionamento no país estão enquadrados na nova norma.

No Brasil, a formação universitária é regulamentada por leis de abrangência nacional e a autonomia das instituições de ensino para criar e manter cursos é limitada por elas. Assim, a Resolução 01/CSE/CNE de 27 de setembro de 2013 atinge todos os cursos de Jornalismo em funcionamento no país. Desta forma, o país se aproxima, como norma geral, da nova orientação da Unesco para o ensino de Jornalismo (Unesco, 2007), que o desvincula dos cursos de “Comunicação Social”. Em 2006, os cursos de Cinema e Audiovisual já haviam se desmembrado e em 2013, simultaneamente com os de Jornalismo, também os de Relações Públicas se desmembraram dos antigos Cursos de Comunicação Social. Em 2017, o Conselho Nacional da Educação discute ainda o desmembramento dos Cursos de Publicidade e Propaganda e Rádio e Televisão.

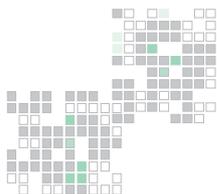
Os cursos de Comunicação Social haviam sido introduzidos no país há meio século, durante a

¹ No Brasil, o ensino de graduação forma “bacharéis” para a atuação nas diversas profissões, enquanto o título de “licenciado” é usado apenas nos cursos de formação de professores para o ensino básico e médio.

ditadura militar, por indução da própria Unesco, através do Ciespal, no contexto da Guerra Fria, quando a luta anticomunista considerou adequado substituir a formação de jornalistas, no terceiro mundo, pela formação de “agentes de Comunicação”. Embora esses “agentes” da guerra fria tenham se transformado em “comunicadores sociais” bem mais críticos ao longo da história do campo acadêmico no continente, sua concepção como profissional polivalente e a Teoria da Comunicação que acompanhava a sua formação, que foram mantidos, não era considerada suficiente nem adequada por quem se preocupava com a formação dos jornalistas (Meditsch, 2015a). A nova orientação do ensino de Jornalismo no Brasil, no entanto, não rompe com a Área Acadêmica da Comunicação, da qual segue fazendo parte. Apenas desfaz a confusão que havia se estabelecido entre “área acadêmica”, como campo de estudos e “formação profissional universitária”, estruturada em cursos voltados para as diferentes profissões desta área.

2. A retomada da identidade do curso de Jornalismo

O Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho no Brasil. A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões. É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, etc. Desta forma, seria inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde.



No Brasil, o equívoco se origina nos Currículos Mínimos “do Curso de Comunicação Social” emanados do Conselho Federal de Educação a partir de 1969. Desde então, os Currículos Mínimos de Comunicação Social substituíram os Currículos Mínimos “do Curso de Jornalismo” adotados até então (Moura, 2002). Ocorre que, no contexto da ditadura militar, o Brasil adota, como obrigatório, o modelo de ensino da Comunicação Social proposto então pela Unesco para o Terceiro Mundo, com a intenção de substituir todas as profissões do campo da Comunicação historicamente existentes (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Editoração, etc.) por uma “profissão de novo tipo”, a de “Comunicador Polivalente” (Melo, 1974).

O aniquilamento das profissões consolidadas no campo era então justificado com o argumento do Terceiro Mundo “não necessitar do Jornalismo tal qual o existente nas sociedades desenvolvidas”, mas sim de uma outra forma de Comunicação Social, voltada ao desenvolvimento econômico e educacional. Conforme o mesmo raciocínio, só uma vez alcançado este desenvolvimento, é que então se justificaria a existência do Jornalismo nas sociedades antes subdesenvolvidas (Nixon, 1971). Tal formulação teórica foi evidentemente forjada no contexto da Guerra Fria, quando a maior parte das nações ao Sul do Equador se encontrava sob controle ditatorial e não podia admitir a existência de uma prática profissional da Comunicação baseada na liberdade de expressão, no direito à informação e na fiscalização do poder.

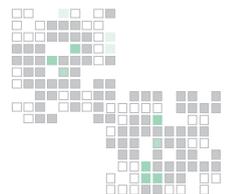
Como seria de se esperar, a proposta do “Comunicador Polivalente” para substituir as profissões existentes foi rechaçada fortemente pelos meios profissionais e acadêmicos no Brasil. A conciliação, na época encontrada, foi a de criar o “Curso de Comunicação Social” com diversas habilitações, em que a formação das profissões consolidadas se daria ao lado de mais uma, a do

“profissional polivalente”.

Com o tempo, a proposta do “comunicador polivalente” foi esquecida, por não encontrar respaldo nas demandas sociais, e esta habilitação deixou de aparecer nas versões posteriores do Currículo Mínimo Obrigatório. No entanto, sobreviveu desta proposta a concepção do “Curso de Comunicação Social”, com as formações profissionais específicas estruturadas como suas Habilitações (Antonioli, 2006).

A imposição do Curso de Comunicação Social, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve consequências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondiam às questões particulares suscitadas pela prática profissional. Mas o Jornalismo não pode ser guiado por objetivos de publicidade, relações públicas ou mero entretenimento. Decorre daí o grave problema da ruptura entre a teoria e a prática nos Cursos de Comunicação, falha esta que, mais de quarenta anos depois, ainda não havia sido solucionada de maneira adequada: por se voltarem inicialmente a um outro tipo de profissional, as disciplinas teóricas do currículo mínimo imposto abandonaram as referências fundamentais para a prática do Jornalismo, quando não se voltaram contra elas (Garcia Márquez, 2003).

Contudo, com o posterior abandono do projeto de formar o “comunicador polivalente” nos cursos, a teoria não retornou às questões suscitadas pelas habilitações profissionais específicas, como seria o esperado. Ganhou, em vez disso, crescente autonomia em relação às práticas da Comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. A partir desta perspectiva, o conteúdo profissional do curso passou a ser caracterizado como “meramente técnico” e



destituído do interesse teórico. Por outro lado, a Teoria da Comunicação evoluiu desvinculada do exercício da profissão, focada numa crítica geral da mídia, sem compromisso com o diálogo para uma intervenção prática na mesma (Meditsch, 2013). Em decorrência, os estudantes de Jornalismo desde então têm sido forçados a uma opção dramática e pouco razoável entre negar a sua profissão, em nome do “espírito crítico”, ou desprezar a teoria estudada nos cursos para se voltarem à prática, reproduzida de maneira acrítica e envergonhada. A ênfase na análise crítica da mídia, quando feita sem compromisso com o aperfeiçoamento da prática profissional, “abala a confiança dos estudantes em sua vocação, destrói seus ideais e os substitui pelo cinismo” (cf. Cohen, 2001).

A mudança de rumo no ensino de Jornalismo brasileiro não se deveu apenas a influências internacionais, como a da Unesco. Desde o início do século, as áreas acadêmica e profissional do Jornalismo apontam o desmembramento das diretrizes comuns e a retomada do curso específico como caminho para a solução desses problemas. Em abril de 2006, o 9º. Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo aprovou uma resolução recomendando ao Ministério de Educação que, em razão da maturidade teórica e do reconhecimento social de sua importância, os Cursos de Jornalismo deveriam constituir graduação específica em Jornalismo e não mais uma habilitação dos cursos de Comunicação Social. Poucos meses depois, o 32º. Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Ouro Preto, em julho de 2006, aprovou uma resolução no mesmo sentido.

Mas as influências internacionais foram importantes para respaldar a posição brasileira. A partir do ano 2000, foram criadas novas revistas acadêmicas em língua inglesa, com circulação internacional, como *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, *Journalism Studies* e *Journalism Practice*, e as principais associações internacionais de pesquisadores da Comunicação, como a

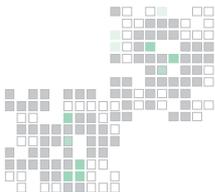
International Communication Association - ICA e a *International Association for Media and Communication Research* - IAMCR, criaram sessões próprias para debater o Jornalismo. Países europeus que por muito tempo relutaram em criar Escolas de Jornalismo em suas universidades, como Itália e Grã-Bretanha, revisaram esta posição a partir dos anos 1990 (Mota, 2006).

No Brasil, este movimento foi acompanhado pelo lançamento de um Programa de Qualidade do Ensino de Jornalismo no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que congrega as entidades sindicais; pela criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), que congrega os acadêmicos; e também do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPF), que congrega os docentes universitários. No âmbito destas entidades e das instituições de educação superior, surgiram novas revistas (como *Brazilian Journalism Research*, *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, *PJ:BR – Jornalismo Brasileiro*, *Estudos em Jornalismo e Mídia*; *Pauta Geral*, *Âncora*, etc) e voltou a ser valorizado o estudo de questões específicas do Jornalismo na pós-graduação, com a criação de grupos e linhas de pesquisa especializadas em programas consolidados e o ressurgimento de programas *stricto sensu* especializados em Jornalismo, que haviam desaparecido do panorama brasileiro em décadas passadas.

Para seus promotores, estas iniciativas não representam um rompimento com a área acadêmica maior da Comunicação, mas antes a sua revitalização, pelo fortalecimento de sua diversidade e dos vínculos com as práticas sociais e culturais que a originaram, justificando a sua existência (Melo, 2008).

3. As novas diretrizes para os cursos de Jornalismo brasileiros

O perfil do egresso, definido nas novas Diretrizes Curriculares, estabelece o norte em relação ao



qual todo o projeto pedagógico e a grade curricular devem se voltar:

O conculinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da Comunicação Social (Brasil, 2013).

Ao contrário do que tem dito alguns críticos das novas diretrizes, essa quebra de paradigma não significa um abandono da teoria ou da pesquisa científica nos cursos: pelo contrário, significa a sua valorização, dando-lhe coerência e sentido na formação profissional de jornalistas como produtores intelectuais. Não se trata de uma opção pelo tecnicismo, mas de uma exigência de reorientação dos conteúdos teóricos ministrados nos cursos, que pela nova norma não devem ocupar menos de 50% de toda a carga horária de disciplinas. Uma reorientação para que esses conteúdos teóricos façam mais sentido na formação dos alunos enquanto intelectuais, com uma visão ampla, generalista e humanista, mas ao mesmo tempo especializada, uma vez que o Jornalismo, como produção de conhecimento, tem uma perspectiva diferenciada em relação a da ciência e a da arte.

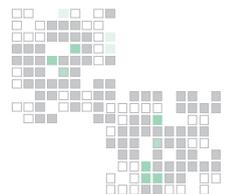
O objetivo principal do curso de graduação não é de formar acadêmicos - tarefa que no Brasil cabe à pós-graduação - mas sim profissionais para a práxis. No entanto, o conhecimento acadê-

mico é imprescindível nesta formação profissional. Não um conhecimento acadêmico qualquer, orientado segundo os interesses idiossincráticos dos docentes, que muitas vezes se afastaram muito das necessidades da prática. Esta é uma distorção provocada pela estrutura departamental da universidade, já apontada por muitos estudos de especialistas em educação superior, que prejudica principalmente as áreas de ciência aplicada, e está bastante evidente na nossa área de Comunicação.

Se é claro que o jornalista, como intelectual, necessita de uma sólida capacidade de interpretação e de uma ampla cultura geral - e aí quase todo o conhecimento acadêmico costuma ser útil - também é evidente que o curso de graduação tem duração limitada para lhe garantir o que só alcançará ao longo de muitos anos, num processo de formação permanente. Por isso o projeto pedagógico precisa ser focado nos conteúdos acadêmicos que são imprescindíveis a um Bacharel em Jornalismo. Isso pode tirar muitos docentes e departamentos de suas atuais zonas de conforto, e explica grande parte da resistência à mudança em relação às novas diretrizes.

Assim, as novas diretrizes apontam também para uma quebra de paradigma em relação ao que se tem utilizado como formação humanística em muitos cursos de Comunicação, e que são disciplinas básicas e conceituais de sociologia, antropologia, psicologia, etc. É claro que esses conteúdos conceituais podem ser úteis para a cultura geral e a formação científica do aluno, mas um jornalista precisa antes conhecer a realidade do que conhecer conceitos de outras ciências humanas. Os conceitos são úteis como ferramentas na medida em que sirvam para ajudá-lo a conhecer e interpretar a realidade.

Neste sentido, mais do que disciplinas básicas conceituais, o que as novas diretrizes brasileiras indicam que os alunos devem conhecer num curso de Jornalismo são as grandes obras das ciências humanas que apresentam e explicam nossa



realidade, a história, a política, a geografia, a economia, a sociedade e a cultura contemporâneas, nos níveis local, regional, nacional e internacional. As disciplinas introdutórias das outras ciências humanas podem aparecer no projeto como atividade complementar, não podem substituir esses conteúdos essenciais. Um jornalista não pode ser um alienado no mundo em que vive e trabalha, para usar um termo hoje um pouco fora da moda.

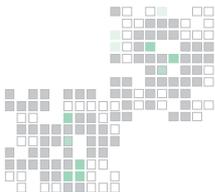
O segundo eixo, também teórico das diretrizes, trata da fundamentação específica, ou seja, relacionada ao Jornalismo. Trata-se de conhecer a natureza do Jornalismo e ter informação sobre as suas manifestações, suas origens, suas instituições, suas possibilidades e limitações. Não se admite que um bacharel em Jornalismo seja incapaz de conceituar Jornalismo, ou que não seja capaz de distinguir entre os conceitos de Mídia e Jornalismo. Não se admite que não tenha cultura jornalística, que ignore as obras canônicas, seus pensadores, o estado da arte da produção científica sobre Jornalismo. Não pode ignorar o que se passa no mundo do Jornalismo na esfera local, nacional e internacional.

Numa de suas últimas entrevistas, o professor norte-americano James Carey observou que ao contrário do que ocorre na área acadêmica da Literatura, na área de Comunicação não se dá referências aos alunos a partir das obras canônicas. Lá se estuda os melhores autores e suas obras e se diz aos alunos: “isso é Literatura”. Na área de Comunicação, se escolhe os mais vexatórios exemplos, onde o Jornalismo não cumpre adequadamente seu papel cultural e se diz aos alunos: “isso é Jornalismo” (McKnight, 2000). As novas diretrizes brasileiras procuram mudar essa perspectiva para formar profissionais capazes de aperfeiçoar o Jornalismo existente. Um bacharel em Jornalismo tem que ter uma forte cultura jornalística e clareza sobre os melhores padrões profissionais, e é o que este segundo eixo teóri-

co procura proporcionar, abrindo espaço para os cursos falarem “de jornalismo” e não apenas “sobre jornalismo”, como criticava Gabriel García Márquez (2003).

Mas as novas diretrizes não excluem também o “sobre jornalismo”. As questões relacionadas à mídia e à Comunicação social e humana numa perspectiva mais ampla entram no terceiro eixo teórico que orienta os currículos. É aqui que entra o conhecimento do estado da arte dos estudos da mídia e das Ciências da Comunicação, que não podem ser ignorados por um bacharel em Jornalismo mas também não substituem os conteúdos do eixo anterior, antes os complementam. Por isso a ênfase deve ser nos conteúdos teóricos - dentre os muitos das cada vez mais amplas ciências da Comunicação - que melhor se apliquem à compreensão do Jornalismo. Também entram aqui teorias que podem ser vistas como instrumentais e que nem sempre estão presentes nos currículos de Comunicação, como a epistemologia, as ciências cognitivas, da linguagem e do discurso, a semiótica, as Ciências da Informação, que evoluíram muito com a revolução tecnológica, a retórica e a argumentação, a estatística aplicada, e assim por diante.

Estes três primeiros eixos, que deve corresponder a 50% do total de horas-aula do curso, dão a fundamentação teórica à questão da prática que será trabalhada nos três seguintes, com o cuidado para que não se estabeleçam novas dicotomias entre os dois blocos. Para que isso seja evitado é possível tanto criar disciplinas e atividades com caráter interdisciplinar reunindo conteúdos dos vários blocos, quanto incluir uma parte teórica nas disciplinas mais próximas da técnica. Afinal, como observou o educador Paulo Freire, as técnicas são sempre teorias cristalizadas, uma vez que derivam de perspectivas teóricas que criaram respostas a problemas práticos em determinadas circunstâncias históricas. No atual ambiente de mutação cultural e tecnológica acelerada, é im-



prescindível desvelar as teorias que estão por trás das técnicas e processos profissionais, seus fundamentos lógicos e suas convenções, mantidas muitas vezes por simples inércia, uma vez que já não basta reproduzi-los, e a universidade tem um papel fundamental e insubstituível na invenção do Jornalismo que ainda está por vir.

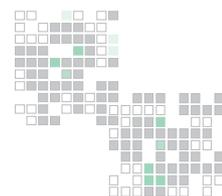
No atual momento desta mutação isso significa ter como norte o Jornalismo digital, a convergência multimídia e as novas formas de circulação da informação na sociedade, como as redes sociais, que estão redefinindo o papel do Jornalismo. Isso significa superar uma concepção de currículo que até hoje teve o Jornalismo impresso como centro. Mas o bom senso indica que não se abandone totalmente o que comprovadamente funcionou bem nesta fase (o Jornalismo é o único curso universitário que ensina efetivamente a escrever no Brasil, por exemplo), e que o fascínio pelas novas tecnologias não desvie o objetivo do curso, pois as ferramentas são um meio imprescindível de dominar, mas não um fim em si, e as mais inovadoras hoje estarão obsoletas em poucos anos. As novas diretrizes podem durar uma ou duas décadas até a próxima atualização, e deve-se ter o cuidado de não fixar os currículos em tecnologias e processos datados, para evitar os transtornos que isso pode trazer.

No debate sobre a prática profissional para a qual formamos nossos alunos, dois outros aspectos são salientados nas novas diretrizes brasileiras: o primeiro, de que como em outras profissões, a graduação deve dar a base para toda a carreira do estudante, e não apenas para o seu primeiro emprego - uma crítica que se faz aos cursos de Jornalismo em diversos países por terem como norte apenas a preparação de iniciantes para trabalharem na mídia tradicional. Assim, a preparação para a prática deve ter em mente não apenas a formação de repórteres, mas também de todas as funções do Jornalismo, inclusive de seu planejamento e gestão; e também não ape-

nas a formação de futuros empregados, do setor privado ou público, mas também a capacitação para a sobrevivência como autônomos e para o empreendimento de novos projetos autossustentáveis, com ou sem fins lucrativos. Afinal, o modelo de negócio que historicamente sustentou o Jornalismo está fazendo água e é preciso reinventá-lo, e o novo ambiente cultural e tecnológico é um momento extraordinário de oportunidades abertas neste sentido, de que a universidade não pode deixar de participar.

O segundo aspecto em relação à formação profissional para a vida inteira que os cursos devem garantir tem a ver com a observação do percurso dos nossos egressos que, em sua maioria, após alguns anos de passagem pela mídia, vão trabalhar em assessorias, na vida acadêmica, ou em outras funções não convencionais do Jornalismo onde aplicam os conhecimentos obtidos na faculdade, quando não ingressam diretamente no mercado através dessas opções. Uma formação para a vida inteira não pode ficar de costas a esta realidade. Evidentemente, um curso de graduação de quatro anos não pode formar para tudo o que seus egressos possam a vir querer fazer em suas vidas profissionais, principalmente se for fora da profissão. Essa pretensão foi o erro da malograda concepção do “comunicador polivalente” que confundiu tanto a nossa área acadêmica, e deixou suas marcas até hoje em termos de obscurantismo conceitual com consequências funestas para a integração entre teoria e prática.

A falta de clareza teórica sobre o Jornalismo - de que falamos acima - resultado da ausência de foco da Teoria da Comunicação - obstaculizou até hoje um debate necessário no campo sobre a natureza da assessoria de imprensa e de como se relaciona efetivamente com os fundamentos do Jornalismo. É um debate a ser aprofundado no ensino e na pesquisa em Jornalismo a partir de agora focados prioritariamente em seus próprios problemas teóricos. E o debate desses problemas



teóricos deve estar presente necessariamente nos eixos que preparam o estudante para a prática.

O primeiro deles - o eixo 4 das Diretrizes- trata dos fundamentos gerais do Jornalismo e dos processos que deles decorrem: dentro desse quarto eixo se colocam as disciplinas de métodos e técnicas fundamentais de apuração, redação, produção, edição, etc., que são próprias do Jornalismo em todas as suas variantes midiáticas e especializadas. Privilegia-se aqui esta visão geral do Jornalismo como método e processo de produção de informação e conhecimento, independente das situações particulares em que é exercido. A aplicação desses princípios, conhecimentos e habilidades gerais necessários à prática jornalística às diversas plataformas e editorias está prevista para os conteúdos do eixo 5, onde se estuda a especificidade de sua utilização em cada suporte, linguagem e tecnologia.

E, finalmente, o eixo de número 6 propõe a experimentação integradora de todos os anteriores em atividades laboratoriais, que não devem mais se restringir ao impresso, e devem ser o mais próximo possível de uma experiência verdadeira de Jornalismo, ou seja, com públicos bem definidos, periodicidades regulares, relação com fontes reais, sem que com isso deixem de lado o seu caráter experimental, voltado para a inovação e não para a reprodução da mídia tradicional.

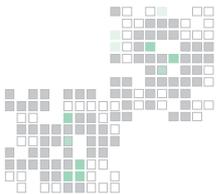
A apresentação dos eixos de conteúdos está organizada numa ordem lógica, mas isso não deve ser confundido com um ordenamento cronológico que precisasse ser dado às disciplinas numa grade curricular. Pelo contrário, a norma recomenda o equilíbrio entre teoria e prática ao longo de todo o curso e a presença de atividades laboratoriais desde suas fases iniciais. A experiência pedagógica também aconselha a colocar o contato com a profissão e suas práticas desde o início do curso, tirando proveito da motivação e interesse dos estudantes, tanto para otimizar os resultados didáticos quanto para diminuir a eva-

são dos cursos.

As novas diretrizes brasileiras também preveem um Estágio Curricular Obrigatório, o que vem a ser um grande desafio para os cursos que tem pouco contato com a realidade profissional. O estágio pode ser feito no setor privado, no setor público, no terceiro setor ou na própria instituição de ensino (em suas assessorias de imprensa ou emissoras, por exemplo), e que não deve ser confundido com as atividades laboratoriais curriculares nem com os Trabalhos de Conclusão de Curso. Cada instituição deve elaborar uma regulamentação de estágio, que deve ser feito necessariamente sob a supervisão de profissional graduado no local de trabalho e acompanhamento de professor do curso.

Na Resolução aprovada pelo CNE, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) podem ser tanto monografias teóricas como trabalhos práticos, mas, neste último caso, devem ser acompanhados também por um texto de reflexão teórica. Cada escola deve elaborar um regulamento para os seus TCCs detalhando como serão realizados. O que muda em relação aos atuais cursos de Comunicação é que, no caso de opção por monografia teórica, o objeto de estudo deve obrigatoriamente ser ligado ao Jornalismo. No caso de trabalho prático, pode ser sobre qualquer tema, por exemplo num documentário ou reportagem ou site informativo sobre a vida numa favela. Já o Jornalismo entra como método e como objeto de reflexão no texto que acompanha e analisa o trabalho prático realizado.

Outros artigos da Resolução estabelecem procedimentos para garantir os padrões de qualidade dos cursos e os critérios para a sua avaliação nos momentos de reconhecimento inicial e de renovação do mesmo. Então, o projeto pedagógico, a grade curricular, a estrutura física e laboratorial e a qualidade e adequação do corpo docente e técnico são fundamentais. Neste sentido, as diretrizes são também uma oportunidade para coor-



denadores e professores reivindicarem melhores condições de trabalho e a ampliação do quadro docente de forma a incluir mais profissionais com o perfil necessário à nova orientação dos cursos. Isso pode influir não apenas na avaliação oficial, mas também na do mercado.

4. O “conflito das faculdades” na área de Comunicação

Em outro texto recente (Meditsch, 2015b), analisamos como a disputa pela orientação dos cursos de Jornalismo no interior da área acadêmica da Comunicação reflete o “conflito das faculdades” apontado pelo filósofo Kant (2008) na universidade prussiana de sua época e estudado por Pierre Bourdieu (2011) na academia francesa. No Brasil, o processo foi iniciado com a aprovação das Diretrizes para o Curso de Cinema e Audiovisual em 2006, subárea que também esteve na vanguarda da defesa de sua autonomia no campo científico com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine) em 1996.

O movimento autonomista da subárea de Cinema e Audiovisual foi recebido e assimilado sem muito alarde na Comunicação, seja pelo fato da inserção desta subárea no campo ser recente e ainda discutida (anteriormente pertencia à área de Artes), seja pelo gesto diplomático da Comissão que redigiu a proposta das novas diretrizes, que previu a possibilidade de elas serem utilizadas por cursos de Cinema e Audiovisual que optassem por continuar como habilitações dos cursos de Comunicação. Embora sem nenhum efeito prático, pois todos os cursos de Cinema e Audiovisual que reformaram os currículos desde então optaram pela autonomia, e ainda porque a perspectiva da Comunicação foi minimizada ao extremo nessas diretrizes (só aparece no quinto eixo de conteúdos, diluída nas Artes e Humanidades, cf. Brasil, 2006), o gesto diplomático deu resultado, e as diretrizes de Cinema e Audiovi-

sual, embora notoriamente procurassem se diferenciar dos cursos de Comunicação, foram assimiladas sem grande resistência política.

Mas com relação à autonomização dos cursos de Jornalismo, a aceitação não poderia ser igual: não se tratava de uma subárea agregada ao campo preexistente, mas da subárea que lhe deu origem. Ainda que a de Jornalismo já não fosse a habilitação mais numerosa entre os cursos de Comunicação do país (superada pela de Publicidade), sua autonomização tinha um valor simbólico muito importante. Tanto que, embora a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Relações Públicas fosse anunciada simultaneamente (Brasil, 2013b), e com a mesma perspectiva de autonomização em relação aos Cursos de Comunicação, quase que apenas as de Jornalismo são consideradas no debate posterior.

As críticas às diretrizes disseminadas desde então expressam o descontentamento de uma parcela importante dos pesquisadores da área com suas possíveis (e às vezes imaginárias) consequências, mas em nenhum momento se ocupam de suas causas. As diretrizes já definidas - de Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações Públicas - e a proposta de autonomização que têm em comum, são o resultado do amadurecimento de uma crítica reiterada à forma atual de funcionamento do campo, que a subárea hegemônica de Teoria da Comunicação não tem levado em consideração.

Considerar como subárea a Teoria da Comunicação já causará nela um certo estranhamento, uma vez que pela própria natureza de seu objeto de estudo, se habituou a pensar a área como um todo, e a pensar a si própria dentro dela como quem expressa este todo, e não um de seus compartimentos. Esta impressão certamente terá sido reforçada pela posição de hegemonia que esta subárea assumiu historicamente no campo, a partir de seus reconhecidos méritos acadêmicos - bastante acima da média das demais subáreas - e de

seu protagonismo na construção da Pós-Graduação da área no Brasil.

A partir deste lugar de saber e poder, conquistado em grande parte por seus méritos científicos, mas em parte também não desprezível pela intervenção de variáveis extracientíficas na institucionalização da área (via Guerra Fria), a subárea de Teoria da Comunicação nem sempre deu a devida atenção ao fato de que subsistiam no campo outras formas de ver a área que não coincidiam com a dela.

Nas manifestações das subáreas de Jornalismo, Cinema e Audiovisual e Relações Públicas esta questão tem sido enfatizada, na medida em que os recortes da realidade propostos por uma Teoria Geral da Comunicação, embora iluminem aspectos importantes dos processos comunicacionais, tendem a ofuscar a diferenciação entre as várias práticas midiáticas que é essencial nas suas definições práticas e conceituação teórica. As novas diretrizes dos três cursos preenchem esta lacuna sem suprimir o espaço da Teoria da Comunicação, mas desafiando-a a dialogar com as perspectivas teóricas das disciplinas aplicadas da área.

No nível micropolítico, dentro dos Departamentos de Comunicação, estas viradas da orientação trouxeram à tona mais uma vez o “conflito de faculdades” apontado por Kant, devido às diferentes vocações das ciências humanas e das

ciências aplicadas que disputam a hegemonia no interior do campo. O conflito vem à tona toda a vez que a área se obriga a refletir coletivamente sobre si própria, como ocorreu no Brasil em outras oportunidades e voltou a ocorrer com as novas diretrizes a partir de 2009. A discussão epistemológica da Comunicação como disciplina não pode ignorar este debate teleológico que define o seu modo de ser.

Apesar das resistências que recebeu e das críticas que continua recebendo, principalmente por parte da subárea de Teoria da Comunicação, as novas diretrizes curriculares - de Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações Públicas, - e as que ainda virão - de Publicidade e Propaganda e Rádio, TV e Internet - inauguram uma nova fase no ensino de graduação da área no Brasil. Efetivamente, o que trazem de novo é um rebalanceamento entre os diversos conteúdos que já estavam explícitos ou implícitos nos currículos, abrindo mais espaço para a perspectiva das ciências aplicadas, sem excluir a perspectiva das ciências humanas, que continuará presente. Frutos de uma postura crítica em relação à maneira como vinha sendo desenvolvido, sua motivação inicial foi concorrer para a melhoria do ensino das profissões ligadas à área, e por esta via fortalecer a legitimidade social e acadêmica da Comunicação Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIOLI, Maria Elizaberh. *Ensino de Jornalismo e legislação educacional*. São Paulo: L' Editora, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 10, de 27 de junho de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_06.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 1 de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso

- de Graduação em Jornalismo, Bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CSE/CES No. 2 de 27 de setembro de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866>.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

- COHEN, Jeremy et al. Symposium: Journalism and mass communication Education at the Crossroads. *Journalism and mass communication Educator* 56/3, Autumn, 2001.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *El Mejor Oficio del Mundo*. Cartagena: Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, 2003.
- KANT, Imanuel. *O conflito das faculdades*. Tradução de Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- MCKNIGHT, David. Scholarship, Research and Journalism. An interview with Professor James Carey. *Australian Journalism Review* 22 (2), 2000, p.17-22.
- MEDITSCH, Eduardo. *Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MEDITSCH, Eduardo. Las venas abiertas del periodismo en el area académica de América Latina. In BOLAÑO, César; DRUETTA, Delia Covi; CIMADEVILLA, Gustavo (cords.) *La Contribución de América Latina al campo de la comunicación*. Buenos Aires: Prometeo, 2015 p.297-317.
- MEDITSCH, Eduardo. As diretrizes críticas e a crítica das diretrizes: o “conflito das faculdades” na área acadêmica da Comunicação. *Questões Transversais: Revista de Epistemologia da Comunicação* 3 (5) 2015. p. 22-26 Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/10649>>.
- MELO, José Marques. *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- MELO, José Marques de. Jornalismo e universidade: uma longa história de conflitos. *Jornal da ABI: Especial 90 Anos*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Imprensa, 2000.
- MELO, José Marques de (Org.). *O campo da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOTA, Luis Gonzaga (ed.). Journalism Research in Europe. *Brazilian Journalism Research*, v. 2, n. 1, Brasília: SBPJOR, 2006, p.11-66.
- MOURA, Cláudia Peixoto de. *O Curso de Comunicação Social no Brasil: do Currículo Mínimo às Novas Diretrizes Curriculares*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- NIXON, Raymond. *Education for Journalism in Latin America: a report of Progress*. Minneapolis: Minnesota Journalism Center, 1971.
- UNESCO. *Plan Modelo de Estudios de Periodismo*. Paris: Unesco, 2007.

Recebimento: 01/11/17

Aprovação 09/11/17

